

RECORTES IDEOLÓGICOS NA TRAVESSIA DO REINADO DE LUÍS XIV: BALIZAS LITERÁRIAS*

Maria do Carmo Peixoto Pandolfo

RÉSUMÉ:

Aperçu des courants d'idées qui traversaient le règne de Louis XIV et mise en relief de l'évolution de la critique socio-politique à travers l'oeuvre de trois écrivains hautement représentatifs de cette période: Bossuet, La Bruyère et Fénelon.

A história das idéias no mundo ocidental não deixa de sublinhar fortemente a brusca passagem entre os séculos XVII e XVIII, enfatizando um contraste que torna evidente uma subversão ideológica de rara intensidade. Procedendo diretamente do Renascimento, um movimento que aspira por transformações na ordem então vigente já anuncia, insidiosa ou declaradamente, o espírito da Revolução Francesa e, assim, a prepara. É que, no intermédio destes dois séculos, a França passou pelo que Paul Hazard veio a chamar (e a denominação oficializou-se pela repercussão de seu excelente estudo¹) uma "crise de consciência", abrindo-se ao sopro renovador das idéias de Espinoza, Malebranche, Fontenelle, Leibniz, Bayle, Locke (para citar apenas os mais importantes), na sequência do impulso advindo do predecessor Descartes, embora muitos desses se declarassem seus críticos e adversários. Contestavam-lhe a doutrina, sua física e metafísica, mas o espírito e o método cartesianos se tornaram aquisições definitivas. E se as novas propostas, em sua radicalidade, visavam, nada mais nada menos, do que a mudar o mundo, reformulando crenças e posições tradicionais, até então inquestionáveis porque não questionadas, a primeira tarefa seria forçosamente uma demolição deste velho edifício que assegurava a manutenção do *statu quo* de privilégios e hegemonias. Depois, sobre suas ruínas, poder-se-ia preparar as fundações de uma nova ordem social, conquistar o tempo de construir, enfim, uma sociedade de homens, livres e felizes.

Maria do Carmo Peixoto Pandolfo - Faculdade de Letras - UFRJ

*Artigo de intenção prioritariamente didática, tentando traçar um panorama da evolução da crítica sócio-política através de escritores geralmente escamoteados (p. ex., na programação curricular), diante da hegemonia dos grandes nomes do século XVII e XVIII. Para facilitar complementação de leitura, identificamos os textos citados por dados que independem da edição consultada. A tradução, em nota, amplia o horizonte de destinatários.

1. HAZARD, P. *La crise de la conscience européenne. 1680-1715*. Paris: Fayard, 1961

Talvez o ponto nodal desta metamorfose possa ser sintetizado em torno do princípio da *autoridade*, que fundamenta a exigência de ordem e disciplina, a submissão às regras e o respeito à hierarquia _ características marcantes do reinado de Luís XIV, momento em que, na literatura, coerentemente predomina uma produção fiel aos princípios doutrinários do chamado classicismo. Sem dúvida escaldado pelas terríveis lembranças das guerras civis e da anarquia que assolou a França em período imediatamente anterior, o século XVII parece ter optado por sujeitar-se à vontade do Rei, aos dogmas da Igreja, às normas em geral. Mas, no dealbar do século XVIII, o contraste se evidencia: assiste-se ao enfraquecimento cada vez maior do poder real; a recusa de uma religião revelada, substituída pelo deísmo que atenua Deus sem destruí-lo, faz-se porta de acesso ao ateísmo, mesmo virulento. A política, que até então se apoiava nas palavras do Evangelho para sustentar o princípio do "*direito divino*" do soberano, enquanto escolhido por Deus para servir-Lhe de suplemento na condução dos povos, enfrenta ataques dos que proclamam a suficiência do "*direito natural*" na organização da sociedade. Paralelamente, a uma moral cerceada por rígidas normas e manifesta em condutas dogmáticas, sucede a noção de uma moral natural, oriunda da consciência do homem, com forte coloração socializante e buscando assegurar a felicidade sobre esta terra, na descrença de um além duvidoso. "*L'honnête-homme*", que tão bem representava o ideal de equilíbrio, a perfeita harmonia, a conciliação entre contrários de que a época clássica tanto se orgulhava, cede seu lugar-padrão ao "*filósofo*", que emprega sua inteligência e seu saber na discussão e divulgação de novos fatos científicos, de novos conceitos, de uma nova ordem, de um homem novo. A uma sociedade fundada sobre a noção de *deveres* sucede outra, que propugna por seus *direitos* e pelo valor do *indivíduo*, independentemente da noção de classe, antes sobredeterminante. Coerentemente, de uma literatura que privilegiava a *forma* e tinha por objetivo declarado agradar "*la Cour et la Ville*" , passa-se a uma literatura mais preocupada com a *idéia*, de fundo socializante e tendo por alvo um público o mais amplo possível.

O reinado de Luís XIV serve de cenário e palco para estas turbulências intelectuais, de que resultaram radicais mudanças na ordem sócio-política. Se buscarmos sintetizar em um nome os estágios inicial e final da evolução ideológica que percorre este período finissecular, seria Bossuet o escolhido para representar o admirável equilíbrio habilmente conseguido durante a áurea fase do classicismo e que corresponde também à hegemonia francesa na Europa, enquanto Fénelon, pontuando o ocaso do Rei-Sol e a coetânea perda da supremacia da França em função da crescente influência das potências do Norte (Inglaterra, Holanda, Alemanha), prenuncia os grandes filósofos e o triunfo do ideário do século XVIII. Período literalmente *crítico*: marcado pela *crise* na política de Luís XIV (guerras

desastrosas e, internamente, desemprego, miséria) e pela audácia com que a razão *crítica*, em qualquer domínio, as idéias tradicionalmente aceitas, porque impostas pela força ou pela tradição. Antes, a doutrina cartesiana reforçara a metafísica e a religião fornecendo-lhe argumentos racionais de sustentação de seus princípios; mas, ao preconizar o livre exame, logo se tornou faculdade crítica, atacando em todos os domínios, mesmo aqueles até então considerados intocáveis e abrindo todas as portas à liberdade de pensamento.

O universo de valores do século XVII se sustentava em princípios que os transcendiam: a política se coletava ao poder divino, a moral à religião, esta mesma aos seus mistérios, ou seja, a verdades inexplicáveis, porém inflexíveis, sobre as quais se constrói toda a teologia. Não se tratava contudo de um obscurantismo consentido ou de uma recusa a explicar as aparências absurdas que revestem o mundo. Diante destas contrariedades lógicas, impunha-se a admissão da miséria e grandeza do homem, segundo Pascal deduzível do duplo mistério do ser humano: criado à imagem de Deus e decaído pelo pecado original. Mas, em pleno reinado de Luís XIV, contestar a monarquia, a moral e a religião significava menos uma vontade de destruí-las ou simplesmente bani-las do que a necessidade de encontrá-lhes um fundamento, racional e humano. É bem verdade que a ousadia de Espinoza já avançava que os monarcas exploravam em causa própria o temor religioso e os súditos se tornavam assim obedientes ao simples interesse do rei; ao contrário, na democracia, considerada por ele a forma de governo mais próxima do direito natural, o poder se estabelece por delegação consentida do povo. A maioria, contudo, ainda pensava como Bossuet, que se esforçou por formular e justificar os princípios sobre os quais repousava o antigo regime: a monarquia de direito divino era inquestionável porque uma transcendência fundava a política; não se tratava porém de acobertar o arbitrário, pois o rei era reconhecido como responsável e terrivelmente responsável perante Deus, de onde lhe vinha todo seu poder, só a Ele sendo submisso. Da Inglaterra entretanto viria uma experiência revolucionária, com repercussão sobre a estrutura monárquica de outros países europeus: em 1688, uma revolução destrona Jaime II, "rei pela graça de Deus", e coroa Guilherme de Orange, que passa a reinar em virtude de um pacto ideal concluído entre o príncipe e seus súditos, que escolhem seus representantes na Câmara, assegurando assim o exercício de uma *monarquia constitucional parlamentarista*. Também da Holanda e no mesmo barco, retornava à sua terra o inglês John Locke, o filósofo dos tempos modernos. Em seus *Deux traités de gouvernement* (1689), ele vai dar a esses fatos inéditos valor de princípio universal. Parte do estado de natureza (nem pura violência, nem perfeição edênica), onde já vigoram os direitos fundamentais dos homens à vida, à liberdade, à igualdade, etc.; entretanto, para que estes sejam melhor garantidos na prática, faz-se mister delegar, por um contrato, a um poder

soberano a obrigação de defendê-los e de punir as transgressões. Assim, o direito natural inspira o direito social: à idéia de natureza se acrescenta a idéia de civilização; trata-se de uma passagem de uma à outra, não de uma oposição. A finalidade do estado é pois de proteger e tutelar os direitos naturais de cada um; quando ele não desempenha bem esta função, legitima-se a resistência dos cidadãos e mesmo sua rebeldia. Intermediário entre Deus e os homens, o poder 'paterno', habitualmente invocado para fundamentar a concepção da realeza absoluta, recobre antes um *dever* para com os súditos. Como Hobbes é o teórico do absolutismo dos Stuart, Locke o é da nova monarquia liberal inglesa, e sua influência foi das mais significativas rumo às transformações do século XVIII.

Assim como a política, a moral pretende colocar-se a nível simplesmente humano. Constatamos que a virtude independe de formas particulares de religião; exemplo edificante provém do "sábio", que manifesta ceticismo em relação a todas as crenças, mas combate tudo o que conduz à intolerância, ao fanatismo, à morte. Sem dúvida dar-se-á importância à chamada consciência moral, que Rousseau poderá nomear "instinto divino", mas confundindo-a com a própria natureza humana em seus apelos para realizar suas virtualidades. Não admira que Kant, no século XVIII, longe de subordinar a moral à metafísica, funde sobre os imperativos da consciência a necessária existência de Deus e da alma.

Quanto à religião, a filosofia vai absorvê-la e atacar em alguns de seus dogmas fundamentais. Do encontro com o pensamento cartesiano, veio ao Padre Malebranche (*Recherche de la vérité*, entre outros escritos) a iluminação de esforçar-se por conciliá-lo em tudo com a religião cristã. Com um fervor místico, pretende atingir a evidência racional de uma ordem que constrói e governa o universo segundo leis necessárias, mas com ela acaba por identificar o próprio Deus, restringindo-o assim a um simples agente, causa única de que todas as outras, chamadas naturais, seriam apenas 'ocasiões': fornece pois uma explicação do mundo que exclui o sobrenatural. Também para o judeu Espinoza (*Tractatus teologico-politicus*, e *Ethica*), Deus é a própria ordem geométrica, essência da única Substância incondicionada e que se manifesta em infinitos atributos. Dela, os indivíduos são apenas manifestações momentâneas e transitórias, ondeando no oceano infinito do ser, permanecendo em sua superfície enquanto não absorvidas na própria infinidade que os gerou. A relação entre Deus e o mundo é absolutamente necessária: Ele não é sua causa externa ou transcendente e sim imanente. Deste modo, Deus e Natureza coincidem e se identificam. A liberdade de Deus consiste precisamente no seu necessário determinar-se, consoante a sua essência; nada pode impedir o desenvolvimento espontâneo de sua natureza, o que exclui qualquer finalidade fora de seu absoluto e imutável determinar-se. Com isto, Espinoza nega o milagre, pois se no mundo acontecesse algo contrário às leis naturais seria contra

os decretos de Deus; nega também a revelação: as escrituras, à luz de uma interpretação crítica, apareceriam, em sua contingência humana, sujeitas a erros e falhas, e a religião cristã como fenômeno histórico. Formalismo e preconceitos, mantidos pela tradição, impediriam o livre pensar dos homens e sufocariam a chama da razão, sem terem contudo força para agir sobre a moral. A verdadeira religião seria aquela do “sábio” e se exprimiria no amor intelectual a Deus. Porém, como nem todos os homens são capazes de elevar-se a este grau de conhecimento racional, Espinoza preconiza uma religião positiva, vinculada aos teóricos da religião *natural* e que disponha de uma rica linguagem simbólica. O debate (ou embate) religioso, acirrado sobretudo com a revogação por Luís XIV do edito de Nantes (1685), irá encontrar na voz de Locke um eloquente apelo à tolerância (*Epistola de tolerantia*), apelo fundamentado não só no direito natural de cada um à liberdade, como na própria essência do cristianismo, resumida no evangélico “amai-vos uns aos outros”.

Se tal é o horizonte ideológico do chamado século de Luís XIV, vale conferir como se manifesta e evolui a reflexão crítica sobre as condições sócio-políticas coetâneas na obra de três escritores altamente representativos das etapas desta travessia e que apresentam ainda em comum o fato de terem sido escolhidos para educar príncipes destinados a assumirem as mais altas funções no Estado francês, responsabilidade esta que os obrigava a um posicionamento ideológico explícito.

BOSSUET

Começemos por Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), enquanto marco inicial. Nascido em Dijon, de uma família da alta burguesia, aluno dos jesuítas, desde sempre destinou-se à carreira eclesiástica. O sucesso de suas pregações chamou-o de Metz a Paris. Escolhido preceptor do delfim de França (1670-80), vai consagrar-se inteiramente a esta árdua missão, escrevendo para seu aluno, entre outros livros, *Discours sur l’histoire universelle, Politique tirée de l’Ecriture sainte, Traité de la connaissance de Dieu et de soi-même*. O filho de Luís XIV entretanto, apático e negligente, não correspondia aos esforços do mestre; sem ter saído de sua indolência, morreu antes de seu pai, em 1711. Nomeado em 1681 arcebispo de Meaux, reconhecido como chefe moral da Igreja galicana, Bossuet fez-se incansável baluarte a repelir os ataques que então explodiam contra a ortodoxia religiosa (debatendo ardorosamente com Espinoza e Malebranche, entre outros). Com Leibniz, tentou trabalhar pela unidade religiosa, mas o esforço malogrou, pois recusava fazer qualquer concessão aos protestantes. O genial autor de sermões e orações fúnebres para os grandes da corte, também se intitulava “advogado dos

pobres". Imbuído do exemplo de S.Vicente de Paulo, seu mestre e amigo, não só proclama evangelicamente a "eminente dignidade dos pobres", pois Jesus Cristo neles imprime seu caráter, como afirma, baseado na mais rigorosa doutrina da Igreja, a igualdade fundamental entre os homens e em termos que anunciam Rousseau:

La nature, ou plutôt, pour parler plus chrétiennement, Dieu, le père commun des hommes, a donné dès le commencement un droit égal à tous ses enfants sur toutes les choses dont ils ont besoin pour la conservation de leur vie./.../ Mais l'insatiable désir d'amasser n'a pas permis que cette belle fraternité pût durer longtemps. Il a fallu venir au partage et à la propriété, qui a produit toutes les querelles et tous les procès: de là est né ce mot de mien et de tien, cette parole si froide... (Panégyrique de Saint François d'Assise, 1652)²

Para Bossuet, a caridade escamoteia em generosidade um radical dever de justiça. A própria desigualdade social, que parece fornecer aos adversários da religião cristã um argumento irrefutável de que o mal campeia na criação divina, ao contrário constitui, para ele, prova de que a Providência age sob esta desordem aparente como uma lei imutável: Deus faz 'os grandes do mundo', atribuindo-lhes tantas benesses, para que sirvam "de pais a seus pobres". Mais e melhor: ao aliviar o fardo que pesa sobre os necessitados, os ricos também se beneficiam, pois diminuem a própria carga de supérfluos que os impediria, como adverte o Evangelho, de passar pela 'porta estreita' que conduz ao céu. Simples depositários das riquezas que possuem com a missão de reparti-las, devem integrar um providencial esquema de troca:

Si vous ne portez le fardeau des pauvres, le vôtre vous accablera; le poids de vos richesses mal dispensées vous fera tomber dans l'abîme; au lieu que, si vous partagez avec les pauvres le poids de leur pauvreté en prenant part à leur misère, vous mériterez tout ensemble de participer à leurs privilèges. (Sermon sur l'éminente dignité des pauvres dans l'Eglise, 1659).³

Fugir ao dever de ajudar os necessitados configura um crime contra a justiça de Deus e dos homens. Porque desobedecem ao plano da Providência e porque, deixando ao desamparo os miseráveis, tornam-se, os que lhes negam socorro na medida de suas possibilidades, verdadeiramente culpados da sorte de cada um deles, inclusive de sua morte: deverão prestar contas a Deus de seu sangue, de sua alma, de todos os excessos a que o furor da fome e do desespero os precipite. E Bossuet não se furta a retrazar, diante dos privilegiados, a cena por eles revivida a cada dia, a parábola do Evangelho em que Lázaro em vão implora restos da mesa farta de um rico senhor:

² "A natureza, ou melhor, para falar de forma mais cristã, Deus, o pai comum dos homens, desde os primórdios, concedeu um direito igual a todos os seus filhos sobre todas as coisas de que necessitam para a conservação de suas vidas. Mas o insaciável desejo de acumular não permitiu que esta bela fraternidade pudesse durar; instituiu-se a partilha e a propriedade, que produziu todas as querelas e todos os processos: assim nasceram estas palavras tão frias: meu e teu..." (Panegírico de S. Francisco de Assis, 1652)

³ Se não suportardes o fardo dos pobres, o vosso vos esmagará; o peso de vossas riquezas mal dispensadas vos fará cair no abismo; porém se partilhardes com os pobres o peso de sua pobreza tomando parte em sua miséria, merecereis participar também de seus privilégios. (Sermão sobre a eminente dignidade dos pobres na Igreja, 1659)

*Ils meurent de faim, oui, Messieurs, ils meurent de faim dans vos terres, dans vos châteaux, dans les villes, dans les campagnes, à la porte et aux environs de vos hôtels; nul ne court à leur aide; hélas! ils ne vous demandent que le superflu, quelques miettes de votre table, quelques restes de votre grande chère. (Sermon sur le mauvais riche, 1662)*⁴

Tudo o que ensina e prega se baseia na mais profunda convicção de que a Providência divina rege todo e qualquer acontecimento, por mais simplesmente humano que pareça, e a comunicação fraterna de bens seria uma faceta profana da espiritual comunhão dos santos. Com ousadia, lembra ao rei que deverá prestar contas a Deus de qualquer negligência para com os súditos necessitados: “*Deveis considerar, Senhor, que o trono que ocupais pertence a Deus, que aí estais em seu lugar e que deveis reinar segundo suas leis.*” (*Lettre à Louis XIV*, 1675). Procura assim mitigar o absolutismo, que o reconhecimento do direito divino favorecia, com a responsabilidade da difícil missão que a Providência outorga ao monarca ao colocá-lo sobre o trono. Conforme as palavras do Evangelho: “A misericórdia e a justiça guardam o rei e seu trono é fortalecido pela bondade e clemência” (*Prov. XX,28*). Neste sentido se inscreve toda a pedagogia de que se armou para preparar o filho de Luís XIV a julgar e agir como deve fazê-lo um soberano cristão, apresentando-lhe como modelo Luís IX, o rei santo. A autoridade real é sagrada, mas ela deve ser, antes de tudo, **paternal** e nunca exercida segundo caprichos pessoais. (*Politique tirée de L’Ecriture sainte*, 1709).

La Bruyère

“*Nommer un roi Père du peuple est moins faire son éloge que l’appeler par son nom, ou faire sa définition.*”⁵ Assim se exprime Jean de La Bruyère (1645-1696), no capítulo X de seu livro *Les caractères*; em sua aparição, pequeno livro de máximas e retratos; seu enorme sucesso motivou nove sucessivas edições aumentadas, inclusive, de comentários sociais e políticos. Graças ao amigo Bossuet, este pequeno burguês parisiense, cioso de sua independência e ciente de seu mérito pessoal, tornou-se, de 1684 a 1686, preceptor do duque de Bourbon, neto do grande Condé; com a morte do prestigioso avô, o aluno, desinteressado por natureza e talvez mal servido pela herança genética maternal, logo desvencilhou-se da tutela do pedagogo, embora continuasse a oferecer-lhe hospitalidade, na função de secretário. Viver junto aos Condé no castelo de Chantilly ou no palacete em Paris propiciou a La Bruyère um vasto campo de observação sobre a vivência dos

⁴ *Eles morrem de fome, sim, Senhores, eles morrem de fome em vossas terras, em vossos castelos, em vossas cidades, nos campos, à porta e arredores de vossas mansões; ninguém acorre em sua ajuda; all eles só vos pedem o supérfluo, algumas migalhas de vossa mesa, alguns restos de vosso banquete. (Sermão sobre o mal rico, 1662)*

⁵ “*Nomear um rei PAIDO POVO, menos do que fazer seu elogio, é chamá-lo pelo seu nome, dar a sua definição.*” (*Les caractères*, cap.X)

afortunados de nascimento, e assim realizar, com uma perspicácia realista e ironia cáustica dignas de um Voltaire, a pintura dos usos e costumes da época.

Também em La Bruyère predomina a característica **paternal** na imagem que se faz da relação do soberano com os seus súditos: merecedor de respeito, serviço, obediência e dispenseiro de proteção, justiça, bondade. La Bruyère a compara à figura bíblica do Bom Pastor, velando sobre suas ovelhas:

Il ne les perd pas de vue, il les suit, les conduit, il les change de pâturage; si elles se dispersent, il les rassemble; si un loup avide paraît, il lâche son chien, qui le met en fuite; il les nourrit, il les défend; l'aurore le trouve déjà en pleine campagne, d'où il ne se retire qu'avec le soleil. (cap.X)⁶

Conservador, La Bruyère admira em Luís XIV o que poderíamos chamar de seu 'correto profissionalismo': ele o evoca, sempre aplicado às suas tarefas e, mesmo à noite, quando tudo repousa, em seus aposentos ainda vela sobre os súditos e o Estado. Se, por um lado, a atitude parece assim exemplar da vigilância que deve ter o bom príncipe em relação ao seu povo, por outro, o fasto e o luxo de Luís XIV, "pastor revestido de ouro e pedras preciosas", invalidam a comparação e merecem a crítica de La Bruyère: "de que serve tanto ouro ao seu rebanho ou contra os lobos?"(ib.)

Sem ser um revolucionário, La Bruyère questiona a teoria do direito divino: o rei deve prestar contas não só a Deus mas também aos homens; não é o senhor absoluto, não está acima das leis, mas é seu fiel depositário; deve retribuir com as indispensáveis obrigações de bondade, justiça, cuidados e proteção os serviços, a obediência, a sujeição de seus súditos. Dizer que o soberano é o senhor absoluto de tudo e de todos é a linguagem da bajulação, que impera entre os grandes da corte enquanto salvaguardam seus próprios interesses e, para evitar qualquer risco de cair em desgraça, não poupam lisonja nem adulação. Atitude que por vezes beira a adoração, como mostra La Bruyère numa irreverente sátira da corte de Versailles em que, empregando o processo da ficção irônica tal como será retomada por Montesquieu (*Lettres persanes*) e Voltaire (*Micromégas* e *L'Ingénu*), finge descrever os costumes de um povo selvagem:

Les Grands de la nation s'assemblent tous les jours, à une certaine heure, dans un Temple qu'ils nomment Eglise; il y a au fond de ce temple un autel consacré à leur Dieu, où un prêtre célèbre des mystères qu'ils appellent saints, sacrés et redoutables; les Grands forment un vaste cercle au pied de cet autel et paraissent debout, le dos tourné directement aux prêtres et aux saints mystères, et les faces élevées vers leur Roi, que l'on voit à genoux sur une tribune, et à qui ils semblent avoir tout l'esprit et tout le coeur appliqué. On ne laisse pas de voir dans cet usage une espèce de subordination, car le peuple paraît adorer le Prince, et le Prince adorer Dieu. (cap.VIII)⁷

⁶ "Ele não as perde de vista, ele as segue, as conduz, muda de pastagem; se elas se dispersam, ele as reúne; se um lobo ávido aparece, solta seu cão que o faz fugir; ele as nutre, as defende; a aurora já o encontra no campo, de onde só se retira juntamente com o sol." (cap. X).

⁷ Os Grandes desta nação se reúnem todos os dias, a uma certa hora, em um Templo que nomeiam Igreja; no fundo deste Templo há um altar consagrado a seu Deus, onde um sacerdote celebra mistérios que eles chamam santos, sagrados e

Conservador no que tange à forma de governo, chegando mesmo a declarar, prudentemente e na esteira de Montaigne, que o mais lógico é acolher aquela em que se vive como a melhor (cap.X), La Bruyère parece também aceitar a desigualdade de condições sociais como inscrita nos desígnios divinos, pelo que crê e espera sua reparação numa vida além da terrena. (cap.XVI). Convicção que não o impede de indignar-se diante da escandalosa miséria do povo francês, vítima de guerras desastrosas e reduzido à mais extrema degradação para sustentar o luxo insolente dos ricos: em antológica descrição, denuncia que os camponeses vivem como animais, expostos às intempéries, cultivando a terra, mas é-lhes negado até mesmo o alimento a que têm direito por ser fruto de seu trabalho; falta-lhes o mínimo necessário para não ferir a dignidade inerente à condição humana, a eles, que facultam aos ricos a ociosidade, a opulência, o gosto do supérfluo:

L'on voit certains animaux farouches, des mâles et des femelles, répandus par la campagne, noirs, livides, et tout brûlés du soleil, attachés à la terre qu'ils fouillent et qu'ils remuent avec une opiniâtreté invincible; ils ont comme une voix articulée, et, quand ils se lèvent sur leurs pieds, ils montrent une face humaine; et en effet ils sont des hommes. Ils se retirent la nuit dans des tanières, où ils vivent de pain noir, d'eau et de racines: ils épargnent aux autres hommes la peine de semer, de labourer et de recueillir pour vivre, et méritent ainsi de ne pas manquer de ce pain qu'ils ont semé. (cap.XI)⁸

Proclama assim a desumanidade com que são tratados milhares de camponeses, mantidos quase que na situação medieval de servos da gleba; seu grito ainda ecoa e se atualiza em protestos de sociedades modernas: se não reivindica abertamente o direito à terra, ao menos denuncia com ênfase o inalienável direito do homem ao produto do seu trabalho.

Na alma do povo, o escritor constata a retidão, a bondade; no espírito dos grandes, a corrupção, a malignidade, mais terrível ainda porque se conjuga ao poder sem peias. Crítica que prenuncia a famosa conclusão, tornada proverbial, do esperto Fígaro, personagem das conhecidas comédias de Beaumarchais⁹ e marco do espírito revolucionário do século XVIII: *"um grande senhor já nos faz um grande bem quando não nos faz mal."*

Se La Bruyère sublinha na sociedade o que se presta à sua sátira, não tem contudo a ambição de reformá-la; parece-lhe que as causas das mazelas sociais se encontram menos numa organização política viciosa do que nos defeitos

temíveis; os Grandes formam um vasto círculo ao pé deste altar e mantêm-se de pé, com as costas voltadas para os Sacerdotes e os santos mistérios e a face erguida em direção ao seu rei, que se vê de joelhos, numa tribuna, e ao qual parecem inteiramente devotados, de espírito e coração. Não se pode deixar de ver nestes usos uma espécie de subordinação, pois o povo parece adorar o Príncipe, e o Príncipe adorar a Deus. (cap. VIII)

⁸ *Vêem-se animais bravios, machos e fêmeas, esparsos pelo campo, negros, lívidos e todo queimados de sol, presos à terra que cavam e removem com uma invencível tenacidade; possuem como que uma voz articulada e, quando se erguem sobre seus pés, mostram um rosto humano; e, com efeito, são homens. Retiram-se à noite para choupanas, onde vivem de pão preto, água e raízes; poupam aos outros homens o trabalho de semear, lavrar e colher para viver, e merecem assim que não lhes falte este pão que semearam. (cap.XI)*

⁹ *Le barbier de Séville (1775) e Le mariage de Figaro (1784)*

particulares dos homens que as sustentam e nelas se sustentam. Bem mais do que um sociólogo, o escritor se revela um moralista e proclama seu ideal de justiça, alicerce de um humanismo baseado na solidariedade que fundamentalmente deve unir todos os homens: “*Há uma espécie de vergonha em ser feliz diante de certas misérias.*” (cap.VI). Frase que evoca irresistivelmente seu eco quase literal, encontrado no texto de Albert Camus intitulado *La peste* (1947:190): “*Pode haver uma espécie de vergonha em ser feliz sozinho.*” Trata-se aqui de fala de Rambert, em resposta à afirmação do Dr.Rieux de que não há vergonha, mesmo diante de uma calamidade pública, em preferir a felicidade individual, pois buscá-la deve ser a finalidade de toda vida humana. É que o jornalista, a princípio sentindo-se estranho ao drama da cidade pestiferada de Oran, por aí encontrar-se apenas de passagem, tudo fez para fugir e voltar a Paris, para junto da mulher amada; entretanto, quando sua difícil partida se tornou possível e iminente, decide ficar e prestar seus serviços nas brigadas sanitárias organizadas pelo médico e seu enigmático amigo Tarrou. Nele, mais alto do que a sua exigência de felicidade pessoal, falou o sentimento de solidariedade humana, apelo espontâneo do coração do homem que exige, para ser feliz, uma ordem em que também os outros sejam felizes. Talvez seja a isto que Camus nomeie *paixão de justiça*.

Fénelon

Maior ousadia já desponta nos escritos do aristocrata François de Salignac de la Mothe-Fénelon (1651-1715). Cedo ordenado padre, foi escolhido em 1678 para dirigir e incentivar na fé a Congregação de moças neoconvertidas do protestantismo ao catolicismo e, logo após a Revogação do Edito de Nantes (1685), foi enviado, por indicação de Bossuet, a Saintonge, para atuar junto a protestantes então obrigados a aceitar a fé católica. Num contexto marcado pela intolerância e opressão, distinguiu-se por desprezar o recurso à imposição e à força em favor da sedução e doçura, métodos mais eficazes e que correspondiam a qualidades naturais suas. Seu prestígio aumentou ao tornar-se diretor espiritual das filhas do ministro Colbert, as duquesas de Beauvilliers e de Chevreuse, e também de Mme de Maintenon, esposa de Luís XIV. Atendendo a pedido da primeira, Fénelon redigiu o *Traité de l'éducation des filles* (1687), valendo-se, inclusive, de sua experiência anterior na *Maison des nouvelles catholiques*: tem obviamente a preocupação de formar mulheres piedosas, mas não perde de vista a realidade prática, o papel que elas deverão desempenhar na sociedade; seu programa de estudos, em coerência com as idéias da época, é bastante acanhado: além do temor de formar ridículas “*femmes savantes*” (que o bom senso de Molière satirizou com tanto humor), Fénelon

só pretende garanti-las contra os perigos da ignorância e da ociosidade, ou seja, de mal aplicar uma curiosidade e uma imaginação peculiarmente férteis; as portas de uma cultura mais ampla lhes permanecem fechadas; entretanto, já introduz o grande princípio educacional que será também o de Rousseau: é preciso seguir e ajudar a natureza. Mas sua magna função pedagógica Fénelon vai exercê-la quando, por influência do duque de Beauvilliers, foi nomeado, em 1689, preceptor do duque de Bourgogne, neto de Luís XIV e segundo na ordem presuntiva de sucessão. Seguindo o exemplo de Bossuet, o prelado vai redigir os livros de estudo de seu real aluno, e da maneira mais propícia a despertar o interesse de uma criança: contando-lhe mitos, fábulas, histórias. Assim foram escritos *Fables*, *Dialogues des morts* e, mais importante, *Les aventures de Télémaque*. Embora orgulhoso e violento, a este discípulo não faltavam viva inteligência e forte sensibilidade, de tal forma que (ao contrário dos outros dois preceptores aqui referidos) Fénelon pôde encorajar suas qualidades e atenuar seus defeitos. Nomeado arcebispo de Combray (1695) e sagrado pelo próprio Bossuet, o prelado continuou a orientar seu aluno, mas logo enfrentou uma desgastante querela com este eminente e poderoso confrade a respeito do chamado *quietismo*, doutrina professada pelo espanhol Molinos e divulgada na França por Mme Guyon, pela qual, supostamente seguindo o exemplo de Santa Tereza d'Ávila, se buscava a perfeição espiritual (a *quietude*) numa atitude contínua de contemplação e amor a Deus, o que dispensava de outras práticas religiosas. Ardente defensor desta doutrina, que correspondia ao seu temperamento místico, Fénelon acabou sendo condenado pelo papa, em processo movido por Bossuet. Submeteu-se às ordens de Roma, mas caiu em desgraça na corte e foi obrigado a exilar-se em sua diocese, tanto mais que a publicação, em 1699, (segundo o autor, sem seu consentimento, "por infidelidade de um copista") das *Aventures de Télémaque*, com grande sucesso na França e também na Inglaterra e Holanda, irritou sobremaneira Luís XIV, que aí sentiu claramente uma sátira ao seu reinado, sobretudo nos livros III (a fértil Fenícia e o tirano Pigmalião) e X (as grandes reformas de Mentor em Salente).

Mesmo de longe porém, Fénelon não se dissocia inteiramente de seu discípulo, alimentando a esperança de tornar-se primeiro ministro quando o aluno subisse ao trono. Em sua intenção, redige *Examen de conscience d'un roi*, eco de uma anterior, misteriosa e ousada *Lettre à Louis XIV* (1693), em que retraça o entristecedor panorama atual de um reino outrora florescente:

Vos peuples, que vous devriez aimer comme vos enfants, et qui ont été jusqu'ici si passionnés pour vous, meurent de faim. La culture des terres est presque abandonnée; les villes et la campagne se dépeuplent; tous les métiers languissent et ne nourrissent plus les ouvriers. Tout commerce est anéanti. Par conséquent vous avez détruit la moitié des forces réelles du dedans de votre État, pour faire et pour défendre de vaines conquêtes au dehors.¹⁰ (...) La sédition s'allume peu à

*peu de toutes parts. Vous êtes réduit à la honteuse et déplorable extrêmité ou de laisser la sédition impunie et de l'accroître par cette impunité, ou de faire massacrer avec inhumanité des peuples que vous mettez au désespoir en leur arrachant, par vos impôts pour cette guerre, le pain qu'ils tâchent de gagner à la sueur de leurs visages.*¹¹

Com a morte do Grande Delfim em 1711, o sonho de subir ao poder com seu real discípulo, agora primeiro na linha de sucessão do trono, parecia realizável: Fénelon prepara então, juntamente com os duques de Chevreuse e Beauvilliers, *Les tables de Chaulnes*, planos de governo para o futuro rei. Entretanto alguns meses mais tarde, em fevereiro de 1712, a morte do novo delfim veio pôr termo a toda esperança do prelado escritor, não só em relação ao seu próprio papel político, mas também à salvação do reino, entregue, sem melhores perspectivas, aos desmandos de Luís XIV.

Les aventures de Télémaque expõem as avançadas idéias sociais e políticas de Fénelon, idéias que justificam a admiração que lhe devotou o século XVIII. Grande conhecedor da Antiguidade, não se furta a utilizar, neste livro, lembranças de Homero e Virgílio: Telêmaco, filho de Ulisses, parte em busca de seu pai, guiado por Mentor (que, ao final, se revelará como sendo Minerva, a deusa da sabedoria), naufraga na ilha de Calipso e faz a esta ninfa, ainda inconsolável pela partida de Ulisses, a narrativa de suas aventuras na Sicília, no Egito, na Fenícia, em Chipre e em Creta (esta, sabiamente governada segundo as leis de Minos). Novamente navegando, aportam em Salento e são acolhidos pelo rei Idomeneu. Enquanto Telêmaco se distingue por seus feitos guerreiros e demonstra espírito conciliatório em favor de uma honrosa cessação de hostilidades, Mentor expõe ao rei, mal servido pelos bajuladores que o cercavam e preso às idéias de fasto e superioridade, as reformas que poderão levar paz e prosperidade ao seu povo. Não é difícil ler uma acusação veemente a Luís XIV nestas interpelações da ficção:

*Avez-vous pris soin de faire parler les hommes les moins empressés à vous plaire, les plus désintéressés dans leur conduite, les plus capables de condamner vos passions et vos sentiments injustes? Quand vous avez trouvé des flatteurs, les avez-vous écartés? Vous en êtes-vous défié? Non, non, vous n'avez point fait ce que font ceux qui aiment la vérité, et qui méritent de la connaître...*¹² (livro X)

10 Também economistas, como Boisguillebert (autor do *Détail de la France sous le règne de Louis XIV*, 1695, 1696, 1699, 1707) e o próprio ministro da guerra, Vauban (*Projet d'une dime royale*, 1707) tentaram em vão alertar contra e redefinir os rumos da política desastrosa do Rei-Sol.

11 Vossos povos, que deveríeis amar como vossos filhos, e que até aqui vos têm amado apaixonadamente, morrem de fome. O cultivo das terras está quase abandonado; as cidades e os campos se despovoam; todas as profissões desfalecem e não alimentam mais os trabalhadores. Todo o comércio está aniquilado. Em consequência, destruistes a metade das verdadeiras forças do interior de vosso Estado para fazer e defender vãs conquistas exteriores./.../ A sedição se acende pouco a pouco em toda parte. Estais reduzido ao mais vergonhoso e deplorável limite ou de deixar a sedição impune e de aumentá-la por esta impunidade, ou de mandar massacrar com desumanidade populações que colocais em desespero, arrancando-lhes, pelos vossos impostos para esta guerra, o pão que tentam ganhar com o suor de seus rostos.

12 Procurastes as pessoas mais desinteressadas e as mais apropriadas a contradizer-vos? Tomastes o cuidado de induzir a falar os homens menos ávidos em agradar-vos, os mais desinteressados em suas condutas, os mais capazes de condenar vossas paixões e vossos sentimentos injustos? Quando encontrastes bajuladores, afastastes-os de vós? Desconfiastes deles? Não, não, não haveis feito o que fazem aqueles que amam a verdade, e que merecem conhecê-la...

Idomeneu pôs em prática as lições de Mentor, de tal modo que, a seu retorno a Salento, Telêmaco se surpreende com a transformação sofrida pela região; ele interroga e escuta as explicações de seu guia, que refletem o programa ideal de Fénelon e do qual, didaticamente, enumeramos alguns grandes princípios:

1. Volta à terra e desenvolvimento da agricultura, programa em que transparece sua ascendência de grande senhor feudal, mas já introduz uma preocupação que será também a de Rousseau: *Lequel vaut mieux, ajoute Mentor, ou une ville superbe en marbre, en or et en argent, avec une campagne négligée et stérile, ou une campagne cultivée et fertile, avec une ville médiocre et modeste dans ses moeurs?/.../C'est le nombre du peuple et l'abondance des aliments qui font la vraie force et la vraie richesse d'un royaume. /.../ Nous avons transporté de la ville dans la campagne les hommes qui manquaient à la campagne et qui étaient superflus dans la ville.*¹³ (livro XVII)

2. Condenação da tirania e do luxo, mais uma vez renunciando Rousseau: *Souvenez-vous, ô Télémaque, qu'il y a deux choses pernicieuses dans le gouvernement des peuples, auxquelles on n'apporte presque jamais aucun remède: la première est une autorité injuste et trop violente dans les rois; la seconde est le luxe, qui corrompt les moeurs. Quand les rois s'accoutument à ne connaître plus d'autres lois que leurs volontés absolues, et qu'ils ne mettent plus de frein à leurs passions, ils peuvent tout: mais à force de tout pouvoir, ils sapent les fondements de leur puissance. /.../ L'autre mal presque incurable est le luxe. Comme la trop grande autorité empoisonne les rois, le luxe empoisonne toute une nation /qui/ s'accoutume à regarder comme les nécessités de la vie les choses les plus superflues.*¹⁴ (livro XVII)

3. Uma monarquia liberal, com soberania das leis, ideal que será retomado por Montesquieu e Voltaire: Telêmaco pergunta a Mentor em que consiste a autoridade do rei e ouve esta resposta: *Il peut tout sur les peuples; mais les lois peuvent tout sur lui. Il a une puissance absolue pour faire le bien, et les mains liées dès qu'il veut faire le mal. Les lois lui confient les peuples comme le plus précieux de tous les dépôts, à condition qu'il sera le père de ses sujets. Elles veulent qu'un homme serve, par sa sagesse et par sa modération, à la félicité de tant d'hommes; et non que*

¹³ O que vale mais, acrescentou Mentor, ou uma cidade magnífica em mármore, ouro e prata, com um campo negligenciado e estéril, ou um campo cultivado e fértil e uma cidade média e modesta em seus costumes?/.../ É o número de habitantes e a abundância de alimentos que fazem a verdadeira força e a verdadeira riqueza de um reino./.../ Transportamos da cidade para o campo os homens que faltavam ao campo, e que eram supérfluos na cidade.

¹⁴ Lembre-se, ô Telêmaco, que há duas coisas perniciosas no governo dos povos, as quais quase nunca se pode remediar: a primeira é uma autoridade injusta e muito violenta nos reis; a segunda é o luxo, que corrompe os costumes. Quando os reis se acostumam a não conhecer outras leis que não sejam suas vontades absolutas, e não colocam mais freio em suas paixões, eles podem tudo: mas à força de tudo poder, eles solapam os fundamentos de seu poderio./.../ O outro mal, quase incurável, é o luxo. Como uma autoridade demasiada envenena os reis, o luxo envenena toda uma nação /que/ se acostuma a olhar como necessidades da vida as coisas mais supérfluas.

*tant d'hommes servent, par leur misère et par leur servitude lâche, à flatter l'orgueil et la mollesse d'un seul homme.*¹⁵ (livro V)

4. Horror da guerra e crítica à ambição de conquistas, prenunciando as ironias invectivas de Voltaire: *Une fausse gloire, un vain titre de conquérant qu'un prince veut acquérir, allume la guerre dans des pays immenses. Ainsi un seul homme, donné au monde par la colère des dieux, sacrifie brutalement tant d'autres hommes à sa vanité: il faut que tout périsse, que tout nage dans le sang, que tout soit dévoré par les flammes, que ce qui échappe au fer et au feu ne puisse échapper à la faim encore plus cruelle, afin qu'un seul homme trouve dans cette destruction générale son plaisir et sa gloire!*¹⁶ (livro XIII)

Nem falta a Fénelon a visão profética do que sucederá em função das arbitrariedades e desmandos de Luís XIV: *"Son pouvoir absolu fait autant d'esclaves qu'il a de sujets. On le flatte, on fait semblant de l'adorer, on tremble au moindre de ses regards"* (livro X). Mas, levado ao excesso, este poder também predispõe à quebra do ídolo: *"Il n'y a qu'une révolution soudaine et violente qui puisse ramener dans son cours naturel cette puissance débordée; souvent même le coup qui pourrait la modérer l'abat sans ressource..."*¹⁷ (livro XVII)

Além de pretender limitar a autoridade do monarca pela independência dos poderes legislativo e judiciário, Fénelon mostra-se um precursor de idéias modernas quando propõe o desenvolvimento da agricultura, o livre comércio, o trabalho para todos, a entrada de investimentos estrangeiros, a subvenção à indústria de bens prioritários, além de incentivo à produção e ampla assistência social. Utopista, crê no progresso indefinido, na paz perene e espera que a *virtude* reine nesta terra dos homens. Anuncia todo um ideário que o século XVIII, sob a pluma de Voltaire, Montesquieu e Rousseau, tanto se esforçará por divulgar, defender e lutar para pôr em prática. A transição ideológica está completa. É chegada a hora e a vez dos *filósofos* atuarem.

Neste artigo, acompanhamos a evolução da crítica social na obra de três grandes escritores do chamado século de Luís XIV. É nítida a progressão em ousadia de um a outro; mas, como a idéia não se desvincula da forma que a veicula, a posição específica de cada um no cenário das letras é sensível também no estilo que o caracteriza. Vejamos:

¹⁵ Ele pode tudo sobre os povos; mas as leis podem tudo sobre ele. Tem um poder absoluto para fazer o bem, e as mãos atadas desde que queira fazer o mal. As leis lhe confiam os povos como o mais precioso de todos os legados, sob a condição de que seja o pai de seus súditos. Elas querem que um só homem, sirva, por sua sabedoria e moderação, à felicidade de tantos homens; e não que tantos homens sirvam, por sua miséria e covarde serventia, a adular o orgulho e a indolência de um só homem.

¹⁶ Uma falsa glória, um vão título de conquistador que um príncipe quer obter, acende a guerra em países imensos. Assim um só homem, dado ao mundo pela cólera dos deuses, sacrifica brutalmente tantos outros homens à sua vaidade: é preciso que tudo pereça, que tudo nade no sangue, que tudo seja devorado pelas chamas, que o que escapar ao ferro e ao fogo não possa escapar à fome ainda mais cruel, a fim de que um só homem encontre nesta destruição geral seu prazer e sua glória!

¹⁷ Seu poder absoluto faz-lhe tantos escravos quantos são seus súditos; é bajulado, fingem adorá-lo, tremem ao menor de seus olhares (Livro X). Somente uma revolução súbita e violenta poderia trazer a seu curso natural este poderio desmedido; frequentemente, mesmo o golpe que poderia moderá-lo o abate sem remédio... (Livro XVII)

A base do conservadorismo de Bossuet é a convicção de que a Providência divina governa o mundo e dispõe de todas as coisas para o nosso bem. Esta certeza lhe dá a segurança de possuir o remédio e a solução para os problemas humanos e lhe justifica aquele tom de quem *sabe* e proclama a *verdade*. Apóstolo ardente, mas não místico, Bossuet visa persuadir, utilizando sólida argumentação e uma dialética envolvente. Sua forte imaginação transforma a idéia em imagem concreta; não lhe falta ainda uma viva sensibilidade na construção de um ritmo majestoso, feito de repetições enfáticas, apóstrofes, enfim, uma eloquência que une lirismo e razão e, de solene, parece natural, o que faz dele um dos maiores representantes do classicismo francês.

Mais do que precisão psicológica (bem comum dos escritores clássicos), La Bruyère pinta atitudes físicas em seus *retratos* e, no exame crítico da sociedade (sem dúvida a parte mais importante dos *Caractères*), descreve a outra face de uma prestigiosa monarquia: vilanias dos cortesãos e financistas, abusos do judiciário, poder corruptor do dinheiro, humilhação dos pobres, miséria do povo. Serve-se de um estilo solto, com frases curtas e acumulação de detalhes concretos que criam um realismo pitoresco, justapõe fragmentos sem ordem aparente, para apontar as contradições instituídas, mas, embora sonhe com uma sociedade virtuosa, não chega a propor mudanças.

A política ocupa, na obra de Fénelon, um lugar proeminente. *Télémaque* poderia ter como subtítulo: 'introdução à arte de ser rei'. Condenando o despotismo, o luxo e a ambição de glória, conclamando o monarca à tarefa de cuidar do bem público, a fazer valer a justiça e os direitos humanos, a propiciar um clima de paz, Fénelon anuncia os princípios que serão aqueles dos filósofos do século XVIII. Também seu estilo, apesar de reviver lembranças da Antiguidade, por seu ritmo regular e fluido, elegante mas, por vezes, demasiado florido, predispõe à prosa poética do século vindouro. A ousadia das críticas, inclusive da carta pessoal a Luís XIV, já fazem dele um revolucionário, desejoso porém de ver reinar, nesta nova ordem preconizada, a bondade de Deus e o amor dos homens.

A utopia de um mundo livre e fraterno, que o século XVIII lutou por construir, já era o sonho consciente dos anteriores anos finisseculares e perdura, irrealizada, até os nossos dias, às vésperas do novo milênio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSSUET. (1950) *Oraisons funèbres. Panégyriques*. Paris:NRF (Pléiade)
- _____. (1948) *Oeuvres diverses*. Textes choisis et commentés par Henri Bremond. Paris:Plon. 3v.
- BRAUNSCHVIG,M. (1953) *Notre littérature étudiée dans les textes, I*. Paris: A.Colin
- CAMUS,A. (1947) *La peste*. Paris:Gallimard
- FÉNELON. (1927) *Les aventures de Télémaque*. Paris:Hachette
- HAZARD,P. (1961) *La crise de conscience européenne 1680-1715*. Paris:Fayard
- LA BRUYÈRE. (1950) *Oeuvres complètes*. Paris:NRF (Pléiade)